

2018 ano 43 v. 278 abr.

Artigos

- Teoria da causa madura nos Tribunais Superiores**
01. *(Anwar Mohamad Ali)* 23
- Os poderes do juiz de adaptação de procedimentos processuais no âmbito do CPC/15 como uma forma de preservar os direitos fundamentais das partes**
02. *(Cláudio Tessari)* 55
- Reflexão entre tempo e processo**
03. *(Eric Cesar Marques Ferraz)* 71
- Cooperação processual, duração razoável do processo e taxa de congestionamento: uma solução (possível) para o Poder Judiciário**
04. *(Nestor Eduardo Araruna Santiago, Marcelo Dias Ponte, Mariana Dionísio de Andrade)* 89
- Il principio del contraddittorio e il dovere di motivazione nel C.P.C. brasiliano del 2015**
05. *(Paulo Henrique dos Santos Lucon)* 111
- Crerios para deciseses fundamentadas e a possibilidade de o tribunal julgar o meroito da causa madura em caso de sentença não fundamentada: (in)compatibilidade?**
06. *(Guilherme Antunes da Cunha, Livia Ferraz de Souza)* 141
- A coisa julgada sobre questoes prejudiciais enquanto pedido implcito e suas consequencias**
07. *(Rodrigo Farias)* 165
- Cartularidade versus virtualizacao dos titulos de credito no processo civil eletrnico**
08. *(Clift Russo Esperandio, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes Jorgetto e Marcelo Guerra Martins)* 193
- Tutela antecipada antecedente e sua estabilizacao: um panorama das principais questoes controvertidas**
09. *(Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Jose Roberto Sotero de Mello Porto)* 215
- Decisao interlocutoria que declina da competencia e não conserva os efeitos dos atos processuais praticados: a agravabilidade do capitulo que revoga a tutela provisoria anteriormente concedida**
10. *(Rennan Faria Kruger Thamay, Rosalina Freitas Martins de Sousa)* 237
- O desastre de Mariana e a tipologia dos conflitos: bases para uma adequada regulacao dos processos coletivos**
11. *(Catharina Peçanha, Guilherme Lamêgo, Isaac Argolo, Jairo Sento-Sé e Thais Rossi)* 263
- Ações coletivas passivas: por que elas não existem nem deveriam existir?**
12. *(Edilson Vitorelli)* 297

13.	A natureza jurídica do incidente de resolução de demandas repetitivas <i>(Marcelo Tadeu Freitas de Azevedo)</i>	337
14.	Considerações iniciais sobre a sentença nos Juizados Especiais Cíveis: olhares a partir do CPC/2015 <i>(Antônio Pereira Gaio Júnior)</i>	365
15.	A reforma processual trabalhista e o acesso à justiça <i>(Bruno Freire e Silva)</i>	393
16.	Prova escrita e cognição sumária na ação monitória <i>(Eduardo Talamini)</i>	411
17.	A defesa do devedor no cumprimento de sentença fundada na inexigibilidade da obrigação reconhecida por sentença inconstitucional e o julgamento da ADI 2418/DF <i>(Luciane Serpa)</i>	435
18.	Policía judicial y prueba ilícita. Regla de exclusión y efecto disuasorio: un error de base <i>(Jordi Nieva Fenoll)</i>	462
19.	Análise econômica dos negócios jurídicos processuais <i>(Demétrio Beck da Silva Giannakos)</i>	497
20.	Precedentes judiciais e arbitragem: reflexões sobre a vinculação do árbitro e o cabimento de ação anulatória <i>(Sofia Temer)</i>	523
21.	A praxe forense e as obras práticas de Antonio Vanguerve Cabral, 1715-1729 <i>(Marcus Seixas Souza)</i>	547